



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 5 de julho de 2022

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|--|-----------------------|----------------------------------|--|--|--|---|--------------|------|----------------|------|------------|------|------------|------|----------|------|
| Bolsas Na segunda-feira | Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias | Salário mínimo | Dólar Na segunda-feira | Euro Comercial, venda na segunda-feira | Capital de giro Na segunda-feira | CDB Prefixado 30 dias (ao ano) | Inflação IPCA do IBGE (em %) | | | | | | | | | | |
| 0,35% São Paulo | 99.622 | R\$ 1.212 | R\$ 5,325 (+0,08%) | R\$ 5,551 | 6,76% | 13,15% | <table border="1"> <tr><td>Janeiro/2022</td><td>0,54</td></tr> <tr><td>Fevereiro/2022</td><td>1,01</td></tr> <tr><td>Março/2022</td><td>1,62</td></tr> <tr><td>Abril/2022</td><td>1,06</td></tr> <tr><td>Mai/2022</td><td>0,47</td></tr> </table> | Janeiro/2022 | 0,54 | Fevereiro/2022 | 1,01 | Março/2022 | 1,62 | Abril/2022 | 1,06 | Mai/2022 | 0,47 |
| Janeiro/2022 | 0,54 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fevereiro/2022 | 1,01 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Março/2022 | 1,62 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abril/2022 | 1,06 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mai/2022 | 0,47 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1,05% Nova York | 29/6 30/6 1/7 4/7 | | Últim | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 28/junho 5,266 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 29/junho 5,193 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 30/junho 5,235 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 1/julho 5,321 | | | | | | | | | | | | | | |

GOVERNO

Guedes silencia sobre a PEC das Bondades

Tramitação relâmpago da proposta que amplia concessão de benefícios em ano eleitoral impõe novo revés à agenda liberal outrora defendida pelo chefe da equipe econômica. Especialistas alertam para o impacto das medidas em 2023

» ROSANA HESSEL

Enquanto parlamentares pretendem ampliar benefícios na Proposta de Emenda Constitucional 1/2022, chamada de PEC Kamikaze pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o chefe da equipe econômica faz voto de silêncio. Ele evita contrariar a estratégia do Planalto, que pretende dar uma cartada decisiva na corrida eleitoral.

A PEC Kamikaze tomou lugar da PEC dos Combustíveis e deve sofrer alterações, com previsão de mais gastos, na Câmara dos Deputados. A medida tem sido chamada de “pacote de bondades” — até mesmo pela oposição, que votou a favor da PEC no Senado —, mas os efeitos dessa articulação não serão nada positivos. Em 2023, o dólar tenderá a subir com a falta de perspectiva de um controle fiscal; a inflação continuará persistente; e o Banco Central será obrigado a manter os juros em dois dígitos no próximo ano, travando o crescimento econômico.

Nos bastidores do Ministério da Economia, a preocupação é grande. “É a farrá do boi”, lamentou uma fonte da Esplanada, que pediu anonimato. Assessores próximos a Paulo Guedes afirmam que o ministro não vai comentar a PEC que joga por terra a agenda liberal do governo Bolsonaro. Ontem, ele cancelou o único compromisso público na agenda devido “a reuniões internas”.

Quando tinha mais poder e era mais respeitado pelo mercado, Guedes ameaçou deixar o cargo em razão de medidas bem menos prejudiciais às contas públicas do que a atual PEC. Mas, ao longo do mandato, cedeu à pressão da ala do governo que defende furar o teto de gastos. Ao longo desse processo de desgaste, vários integrantes favoráveis à austeridade fiscal deixaram o governo.

“Deve ser difícil (para o Guedes) ver tudo que está sendo feito no fiscal com consequências sérias à frente. O governo, que já não era liberal, jogou a última pá de cal na economia do governo. O movimento é eleitoral e contra isso o ministro não tem o que

fazer”, destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Além do risco fiscal na PEC das Bondades, analistas advertem para outros problemas. Lembram que a inflação dificilmente ficará abaixo do teto da meta de 2022, de 5%. As estimativas mais otimistas apontam uma redução em torno de 7,5% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano. O indicador acumulou alta de 11,73% nos 12 meses encerrados em maio. “A inflação deve ceder um pouco, mas não por conta da queda dos preços dos combustíveis e sim nos alimentos”, alerta o economista da MB.

De acordo com Vale, algumas consequências dessa PEC são: mais inflação e mais risco fiscal para o próximo governo, seja ele qual for. Provavelmente, segundo ele, a inflação registre desaceleração este mês, mas não há garantia de que não haverá novos reajustes nos combustíveis. Por um lado, a instabilidade fiscal ajuda a pressionar o câmbio. Por outro, a guerra na Ucrânia, sem perspectiva de trégua, deve manter o barril do petróleo valorizado. “Devemos ter deflação em julho, mas da ordem de 0,5%. Depois ela volta por causa do preço do petróleo e do câmbio. A defasagem de gasolina tá muito alta, mais de 20%”, alertou.

“Essa PEC é muito ruim, cria um enorme problema para a institucionalidade do arcabouço fiscal”, alerta Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da RYO Asset. Pelas contas dele, as medidas podem incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 0,5 ponto percentual, mas deve encolher o PIB do ano que vem em 0,3 ponto.

Luis Otavio Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, lembra que, com essa nova PEC, o governo pode ajudar a melhorar o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 1,7% para 2%, mas está contratando uma piora para o ano que vem. Pelas estimativas dele, a alta do PIB de 2023, que está em 0,5%, poderá ficar em zero. Enquanto isso, o dólar continua subindo em meio às discussões da PEC e suas incertezas sobre o tamanho do impacto nas

Ed Alves/CB



Guedes e Bolsonaro, no dia em que o governo anunciou a PEC dos Combustíveis: política vence economia

contas públicas. “Enquanto não acabar a tramitação dessa PEC, novos gastos podem aparecer e o mercado vai ficando estressado e o dólar continuará valorizado”, afirmou.

De acordo com analistas, a PEC Kamikaze vai na contramão dos princípios de

responsabilidade fiscal em pleno ano eleitoral, pois cria o estado de emergência como subterfúgio extremamente perigoso para a economia. Uma das medidas mais custosas é o aumento de R\$ 400 para R\$ 600 no Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família. Conforme o texto aprovado

pelo Senado, o benefício de R\$ 600 deve representar uma despesa adicional de R\$ 26 bilhões aos cofres públicos, considerando 19,8 milhões de famílias se a fila for zerada.

Procurados, os ministérios da Economia, da Cidadania e a Caixa não comentaram o assunto.

Impacto direto na inflação

Analistas ouvidos pelo Correio alertam que o impacto fiscal provocado pela PEC 1/2022 vai comprometer a missão do Banco Central de cumprir a meta de inflação pelo terceiro ano consecutivo.

Na avaliação de Samuel Pessoa, professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a PEC Kamikaze, o governo está dando benefícios com uma mão e tirando com a outra, porque a inflação sobe e a população perde o poder de compra. “Quem ganhar a eleição vai ter um trabalho duro pela frente. E, por isso, eu tenho um moderado otimismo. A experiência diz que político que produz inflação é punido”, frisa.

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, a PEC é “inaceitável”. “Isso é um retrocesso gigantesco, não só econômico, como também social. Por conta dessas mazelas, o Plano Real não avança no seu propósito inicial de (estabelecer) uma menor diferença da renda entre os mais abastados e os mais pobres, o que é garantido quando a inflação consegue ficar em um nível civilizado, abaixo de 5%, por um período mais prolongado. Só assim as políticas econômicas conseguirão caminhar em direção para reduzir a desigualdade.”

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, estima que as consequências fiscais virão à tona em 2023. “Estamos desenhando uma estratégia de política econômica que tende pressionar a dívida pública e a taxa básica da economia (Selic). O resultado dessa expansão fiscal será menos crescimento e juros mais altos”, alerta.

O lado positivo, na avaliação de Padovani, é que a volta da hiperinflação não está no debate público, em grande parte, graças à autonomia do Banco Central. (RH)

AMÉRICA LATINA

Na Argentina, ministra tem desafios múltiplos

» RAFAELA GONÇALVES

A nova ministra da Economia argentina, Silvina Batakis, herdou uma longa lista de desafios. Para começar, ela tem a missão de firmar um acordo da dívida do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Nomeada ontem, Batakis assume o cargo após a saída abrupta de Martín Guzmán, que renunciou no último sábado, em um momento de profundas divisões na coalizão governista.

Para apaziguar a crise, o presidente Alberto Fernández

escolheu como sucessora de Guzmán um nome próximo ao grupo liderado pela vice-presidente Cristina Kirchner. Segunda mulher a ocupar o cargo na história do país, Batakis foi ministra da Economia da província de Buenos Aires entre 2011 a 2015, no governo de Daniel Scioli.

O ex-ministro deveria viajar para a França nesta semana para renegociar um acordo de dívida com o grupo de credores do Clube de Paris. A dívida original de US\$ 57 bilhões com a Argentina, a maior já emitida pelo FMI, está

hoje em US\$ 45 bilhões. O mercado está atento aos sinais sobre a agenda econômica da nova ministra, à atuação dela no acordo da dívida e à articulação com uma coalizão dividida, circunstância que pôs fim ao mandato de Guzmán.

“Claro que a troca de ministros é sempre ruim em qualquer economia, mas especificamente em momento de crise econômica, isso se torna ainda mais sensível e mais preocupante. Mas acho que dificilmente a Argentina escolheria nesse momento um novo ministro que estivesse muito dissonante ou com trabalho muito diferente do que já vinha sendo feito”, avaliou o professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) Walter Franco.

A economia da Argentina, terceira maior da América Latina, tem sido atingida por crises, inadimplência e inflação galopante há décadas. Importante fornecedor global de soja, milho e trigo, o país viu seus títulos afundarem em mínimos históricos, tendo dificuldades de encontrar liquidez no mercado.

Segundo o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral, não há muito espaço fiscal para mudanças na agenda econômica. “A situação do país é bem difícil do ponto de vista fiscal e de câmbio. Há uma pressão muito grande por dólares com relação a necessidade de fazer superávit, até para cumprir os compromissos assumidos com o FMI, e isso não deve mudar em um curto prazo”, disse.

Com quase 40% da população

vivendo na pobreza e a economia prevista para entrar em recessão este ano, uma das grandes preocupações é a pressão sobre o peso argentino. Em meio à baixa credibilidade e altos preços das importações de energia, o Banco Central local luta para acumular reservas. O governo impôs limites à compra de dólares usados para financiar importações, de modo a assegurar volume de moeda suficiente para compra de gás no exterior.

A taxa de juros subiu para 52% em uma tentativa de evitar que os investidores abandonem ativos em pesos. Por outro lado, a inflação caminha para 70% até o final do ano, forçando um aperto maior na política monetária, o que compromete o crescimento econômico.

JUAN MABROMATA/AFP



Batakis: negociação com FMI após saída abrupta de Guzmán